

Programa de estabilização poderá vir após ajuste fiscal e acerto do setor

GAZETA MERCANTIL 29 JAN 1993

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

"Estamos reafirmando que o governo não pensa, não aceita e acha irracional qualquer tentativa de prefixação de preços e salários como instrumento de combate à inflação." Desta forma, o ministro da Fazenda, Paulo Haddad, procurou ontem desmentir a notícia de que o governo estaria estudando uma prefixação negociada com o Congresso Nacional. Ele também descartou a possibilidade de o governo baixar qualquer plano de choque: "Não há Plano Carnaval e nem Plano Quaresma", afirmou.

O ministro, no entanto, sinalizou com a perspectiva de o governo definir um programa de estabilização assim que estiverem criadas as precondições como o ajuste fiscal, o equacionamento dos passivos dentro do próprio setor público (incluindo uma solução financeira para a Caixa Econômica Federal — CEF) e a regularização dos fluxos internacionais: "Quando tivermos o terreno preparado aí se poderá colocar as bases do programa de estabilização, que estamos discutindo com alguns economistas, mas pelo compromisso do governo posso garantir que não vai ser nenhum programa que tenha ruptura unilateral das relações contratuais", disse Haddad.

O ministro da Fazenda adiantou também que autorizou o Banco Central a "fazer a política monetária mais apropriada, de acordo com a pulsação da conjuntura, de modo que em curtos períodos vai fazer o que for preciso com as taxas de juros para conter a inflação" e confirmou a redução de alíquotas de importação de alguns produtos alimentícios como forma de forçar a queda de preços deste segmento que mais tem pesado nos índices de custo de vida de janeiro. Os estudos estão sendo feitos no Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

A relação daquilo que o governo pode fazer agora foi assim colocada pelo ministro:

1) "Vamos continuar negociando com os principais fornecedores de bens e serviços nos segmentos produtivos cujos preços estejam puxando a taxa de inflação e, neste momento, especificamente com a indústria



Paulo Haddad

de alimentos", disse ele. Na semana que vem o ministro pretende reunir-se com dois ou três fornecedores.

2) "Vamos utilizar no limite a legislação disponível para a defesa da concorrência e controle dos aumentos arbitrários de lucros". O ministro reconhece, no entanto, que a atual Lei 8158 é falha.

3) "Para produtos específicos e sem prejuízo da política industrial, existe a redução de alíquotas de importação".

Haddad comentou que o próprio anúncio da prefixação provocaria a remarcação preventiva de preços que realimentaria a aceleração inflacionária, acrescentando que o presidente Itamar Franco, "embora esteja muito preocupado com este patamar de inflação, está comprometido publicamente, através de seus pronunciamentos, contra medidas que quebrem as relações contratuais ou que criem artificialismo no mercado".

A área econômica do governo vai realizar neste sábado uma reunião, em torno do presidente Itamar Franco, no Palácio do Planalto, para tratar da questão da Caixa Econômica Federal (CEF), uma continuação da reunião realizada na quarta-feira. O equacionamento da situação financeira da CEF é uma parte do grande acerto que o governo tenta fazer no âmbito das finanças públicas de modo a acabar com os grandes passivos que envolvem o setor elétrico, os governos dos estados e municípios, além de empresas estatais.

Está havendo, segundo colocou, avanço no encaminhamento das diretrizes de curto prazo, cuja implementação, na avaliação do ministro, tem andado mais

rápido do que se esperava. O ministro tem a expectativa de que já em fevereiro a inflação possa cair dois ou três pontos sobre a inflação de janeiro, que tem apontado para uma taxa em torno de 28%, dependendo do índice que se utiliza.

"Acho que agora, com o preenchimento do cargo de ministro do Planejamento,

o governo vai montar algo de concreto para controlar a inflação. O que o mercado não quer é surpresas. Acho que será um plano de médio e longo prazo, mas feito à luz do dia", disse à editora sênior Claudia Sáfate o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Alcides Tápias.